

O *Monge de Cister* de Alexandre Herculano: a história no romance

The *Monge de Cister* (Monk of Cister) by Alexandre Herculano: The History in the Novel

Maria Helena da Cruz Coelho
Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, FLUC
coelhoh@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-8030-4578>

Texto recebido em / Text submitted on: 11/04/2022

Texto aprovado em / Text approved on: 11/07/2022

Abstract

Alexandre Herculano, a romantic intellectual, sharing the values and ideals of liberalism, supported a project of national education in which history, literature and morality contributed to the formation of generations in love with the Nation and the commitment towards its regeneration. The deepening knowledge of history crossed all of the romantic intellectual genres, including poetry, the novel, the novela and the theatre. Soon Herculano used his knowledge and multiplied his activities, devoting himself to writing the science of history, to the preservation of historical documents and to the dissemination and accessibility of history through periodicals, fictional romantic literature and historical dramas.

The romantic histories of Alexandre Herculano, *O Bobo*, *Eurico o Presbítero* e *O Monge de Cister*, and the majority of his fictional literature, from his early *Lendas e Narrativas*, center on the Middle Ages, the preferred epoch of the romantics, and it is this period to which the author devoted himself as historian, novelist and diplomatist. In this study we will analyze the book *O Monge de Cister* (The Monk of Cister), essentially from

Resumo

Alexandre Herculano, um intelectual romântico, comungando dos valores e ideais do liberalismo, defendia um projeto de educação nacional em que a história, a literatura e a moral contribuíam para a formação das gerações no amor à Nação e no empenhamento pela sua regeneração. O conhecimento da história e o culto da história atravessavam todas as manifestações intelectuais românticas, como a poesia, o romance, a novela, o teatro. Logo Herculano convocou os seus conhecimentos e desmultiplicou a sua atividade entregando-se à escrita científica da história, à preservação dos documentos históricos e à divulgação e acessibilização histórica em periódicos ou em literatura ficcionada de romances e dramas históricos.

Os romances históricos de Alexandre Herculano, *O Bobo*, *Eurico o Presbítero* e *O Monge de Cister*, e a maioria da sua literatura ficcionada, desde logo *Lendas e Narrativas*, centram-se na Idade Média, a época preferida dos românticos, e aquela a que este escritor se devotou inteiramente como historiador, romancista e diplomata. Neste estudo iremos analisar o romance *O Monge de Cister*, essencialmente numa perspectiva histórica.

the historical perspective. We will use the narrative to focus on the political figures that are represented in it and the historical period of the fictionalized situations. We will focus on the social and cultural environment that is portrayed to us by Herculano. And we will seek to grasp through the prose of the story the ideals that, through lessons of the past, Herculano advocated and wanted to pass on to his readers.

Keywords: Alexandre Herculano; History and fiction; The Historical novel; *O Monge de Cister* (*The Monk of Cister*); Middle Ages.

Percorreremos a narrativa e atentaremos nas figuras políticas que nela se representam e no período histórico em que se enquadram as situações ficcionadas. Deter-nos-emos sobre a ambiência social e cultural que nos é retratada por Herculano. E procuraremos captar na prosa do romance os ideais que, pelas lições do passado, Herculano advogava e queria transmitir aos seus leitores.

Palavras-chave: Alexandre Herculano; História e ficção; O Romance histórico; *O Monge de Cister*; Idade Média.

Introdução

Numa afirmação singela, o romance histórico é uma narrativa ficcional que se ancora em acontecimentos do passado. Mas, como bem expressa Maria de Fátima Marinho, “definir rigorosamente o que é um romance histórico não é tão fácil nem tão isento de problemas como pode parecer”¹. A sua ambiguidade reside justamente na coexistência dessa liberdade da criação literária a par da necessidade de recorrer a acontecimentos e contextos históricos. Num acentuado hibridismo, nele se congregam a ficcionalidade própria do romance e a “verdade” inerente ao discurso histórico e a sua escrita exige uma consciência histórica face aos acontecimentos narrados. Daqui decorre que, na geração romântica em que verdadeiramente se afirma o romance histórico, esta divulgação do passado pela arte do romance continha uma vincada função didática e divulgadora.

A interligação entre a diegese e a história corporiza-se pela introdução na intriga de personagens históricas e de rigorosos acontecimentos e ambientes históricos. O romance desenvolve-se, pois, nessa interocorrência entre personagens referenciais históricas e personagens inventadas, que desempenham papéis principais ou secundários de acordo com a textualização de cada autor. A imaginação e o mistério caldeiam-se com os homens e os factos do passado numa narrativa marcada pela verosimilhança histórica. Na dialética entre a “verdade” e a verosimilhança históricas, entre a relação da noção de espaço-tempo com a narratividade, se situa o cerne e a complexidade deste género literário que é o romance histórico. E tal remete, inevitavelmente, para a evolução do conceito de história e da escrita da história e os desenvolvimentos dos diferentes modos e tempos da narratividade tradicional ou pós-moderna do romance histórico, que não nos cabe aqui analisar², pois nos cumpre fixarmonos no romance histórico tradicional.

A geração romântica cultiva a ficção do passado como forma de sensibilização para os estudos históricos, acreditando que ambos os géneros contribuem para a educação e a moralização dos homens. Mas na ficção o elemento histórico é mobilizado para efeitos estéticos, não se devendo pois confundir o romance com a história científica. Os romances históricos pautam-se pela noção de

¹ Maria de Fátima Marinho, *O romance histórico em Portugal*, Porto, Campo das Letras, 1999, p. 11.

² Jeroen Dewulf disserta justamente sobre a fluidez das fronteiras entre a “factualidade” do historiador e a “ficcionalidade” do autor literário na viragem pós-moderna, no estudo “E se toda a história fosse ficção? Reflexões sobre a utilidade da ficção como critério para distinguir a literatura e a história” in *Literatura e História. Actas do Colóquio Internacional*, vol. I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 209-213.

verosimilhança, narram um passado verosímil, uma verdade possível, revivificam um passado morto, com personagens que têm voz e sentimentos, para atingirem pela emoção dos leitores uma finalidade ética e educativa³.

Herculano e o romance histórico

Antes de nos focarmos na problemática concreta de Herculano como autor de romances históricos, relembremo-lo como comprometido cidadão e homem de cultura.

Alexandre Herculano (1810-1877)⁴, um intelectual romântico, comungando dos valores e ideais do liberalismo, defendia um projeto de educação nacional em que a história, a literatura e a moral contribuíam para a formação das gerações no amor à Nação e no empenhamento pela sua regeneração. A educação e uma profunda revolução cultural constituíam as bases sólidas de uma sociedade interessada e mobilizada para a refundação da Nação⁵. E só o conhecimento e valorização do passado eram penhor de um olhar crítico sobre o tempo presente e de um comprometimento com uma nova ordem da sociedade. O regresso às origens, a busca das raízes, manifestadas nos costumes, na cultura popular, nos monumentos, na história, que revelavam e encarnavam a verdadeira essência da “alma da Nação”, consubstanciavam a consciência histórica e impeliam, sem atitudes saudosistas ou passadistas, a um movimento nacionalizador em prol do fomento e da edificação da sociedade. O conhecimento da história e o culto da história atravessavam todas as manifestações intelectuais românticas, como a poesia, o romance, a novela e o teatro⁶. O passado dava sentido ao presente e

³ Castelo Branco Chaves, *O romance histórico no romantismo português*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1979 passa em revista o romance histórico do primeiro e segundo romantismo português, evocando Herculano, Garrett, Oliveira Marreca, Rebelo da Silva, Andrade Corvo, Arnaldo da Gama e Camilo Castelo Branco.

⁴ António José Saraiva, *Herculano e o liberalismo em Portugal*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977, p. 13-37, enuncia os principais traços da sua biografia.

⁵ É vastíssima a bibliografia sobre a obra e o pensamento de Alexandre Herculano, que não poderemos detalhar. Remetemos, no entanto, para a esclarecedora síntese de Vitorino Magalhães Godinho, “Herculano, o cidadão e o historiador no mundo do progresso” in Vitorino Magalhães Godinho e Eurico Gomes Dias (orgs.), *Alexandre Herculano. O Cidadão e o Historiador. Antologia*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010, p. 7-96 e para os artigos coligidos na obra de Álvaro Costa de Matos e Graça Afonso (orgs.), *Alexandre Herculano. Um Pensamento “Poliédrico”. Colóquio Comemorativo dos 120 anos da sua morte. 1877-1997*, Lisboa, Bibliotecas Municipais de Lisboa, 2005.

⁶ As diversas facetas do pensamento histórico de Herculano são enunciadas no estudo de Fernando Catroga, “Alexandre Herculano e o historicismo romântico” in Luís Reis Torgal, José

só com uma consciência cívica, ancorada nas lições da história, se criariam os consensos patrióticos e mobilizariam as vontades coletivas para o investimento dos conhecimentos técnicos e científicos na modernização do país⁷.

Logo Herculano convocou os seus conhecimentos de história, literatura, diplomática, paleografia, latim e línguas vivas (francês, inglês, alemão, espanhol e italiano)⁸ e desmultiplicou a sua atividade, entregando-se à escrita científica da história, à preservação dos documentos históricos e à divulgação e acessibilização histórica em periódicos ou em literatura ficcionada de romances e dramas históricos.

Desde 1837 dirige a revista *O Panorama*, órgão da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, que visava qualificar a instrução, e neste periódico escreve muitos artigos de diversa natureza. Nas suas funções de bibliotecário da Biblioteca Pública do Porto, cargo que exerce desde 1832 a 1836, e depois como Bibliotecário-mor de sua Majestade, a partir de 1839, dirigindo as Bibliotecas da Ajuda e das Necessidades, empenha-se na reunião, preservação e valorização do património documental⁹. Com todo esse saber e ao serviço da Academia Real das Ciências de Lisboa virá a comprometer-se desde 1852 com a publicação dos documentos medievais portugueses do século VIII ao XV, labor que deu corpo à magna coletânea documental *Portugaliae Monumenta Historica*, à semelhança dos *Monumenta Germaniae Historica*, da escola erudita alemã, em que trabalhou até 1873, portanto quase até aos finais da sua vida, acabada em 1877¹⁰.

Nos inícios de 1840 inaugurou o seu ciclo histórico-científico, publicando, em 1842, as *Cartas sobre a História de Portugal*¹¹, nas quais se apresentam as

Maria Amado Mendes, Fernando Catroga, *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 39-85.

⁷ O historiador comprometido com a cidadania emerge com clareza na reflexão de Guilherme d'Oliveira Martins, *Alexandre Herculano: Mestre-Cidadão*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010.

⁸ Elementos pormenorizados sobre a formação cultural de Herculano apresenta Joaquim Veríssimo Serrão, "Formação Cultural" in *Herculano e a consciência do liberalismo português*, Lisboa, Bertrand, 1977, p. 41-56.

⁹ As facetas de Herculano como periodista, bibliotecário e político são detalhadas por Joaquim Veríssimo Serrão, "Jornalista, bibliotecário e político" in *ob. cit.*, p. 57-79.

¹⁰ Sobre o sentido e os trabalhos em torno desta obra, leiam-se Joaquim Veríssimo Serrão, "Os 'Portugaliae Monumenta Historica'" in *ob. cit.*, p. 121-133 e "Viagens em Portugal (1853-1854)" in *ob. cit.*, p. 135-157; Maria Helena da Cruz Coelho, "Alexandre Herculano: A História, os Documentos e os Arquivos no século XIX", *Revista Portuguesa de História*, 42, Coimbra (2011), p. 61-84.

¹¹ Uma síntese do conteúdo destas cartas, que abordam, entre outros temas, as divisões cronológicas da história portuguesa, surge em Joaquim Veríssimo Serrão, "'As Cinco Cartas' sobre a História de Portugal" in *ob. cit.*, p. 81-95.

linhas essenciais da futura *História de Portugal*¹², cujo primeiro volume saiu a lume em 1846, esgotando-se logo nesse ano, para os outros se lhe seguirem em 1847, 1850 e 1853. E data também desta década o arranque da sua escrita de romances históricos, introduzindo este género literário em Portugal, seguindo o modelo dos principais mestres estrangeiros, sobretudo Walter Scott e Victor Hugo¹³. Publica, na revista *O Panorama*, *O Monge de Cister* em 1841, que depois sai em volume em 1848, o *Bobo*, em 1843, que sai em volume em 1878, *Eurico o Presbítero*, em 1843, que sai em volume em 1844, contando em vida do autor com sete edições. Este último e *O Monge de Cister* integravam a série romanesca em aberto *O Monasticon*, em que o Autor pretendia aprofundar as implicações do celibato do clero e a solidão do sacerdócio, mas que acabou por não ter mais desenvolvimentos. Igualmente publica algumas novelas – *A Abóbada* (1839) e *O Bispo Negro* (1839) –, que, juntamente com outras, vieram a ser reunidas no volume *Lendas e Narrativas*, que contou com três edições, em 1851, 1858 e 1865. No plano da acessibilidade da história aos cidadãos, como antídoto contra o seu esquecimento, “prenúncio de dissolução da comunidade nacional”, os anos de 1837 a 1845 corresponderiam a uma primeira fase, que deu “prioridade à divulgação histórica com recurso a múltiplos géneros, com destaque para a imprensa periódica, o conto e a novela histórica”¹⁴.

Os romances de Alexandre Herculano e a maioria da sua literatura ficcionada centram-se na Idade Média, a época de fascínio dos românticos, e aquela a que este escritor se devotou inteiramente como historiador, romancista e diplomata. Com muita novidade apegava-se ao regresso às raízes da nacionalidade, rompendo com o apreço pela matriz clássica dos neoclassicistas. *Eurico o Presbítero* remete-nos para a crise do império godo e o enfrentamento

¹² Veja-se sobre esta obra Joaquim Veríssimo Serrão, “A ‘História de Portugal’”, “A questão de Ourique” in *ob. cit.*, respetivamente, p. 97-112, 113-120. E sobre a conceção da *História de Portugal* leia-se Vitorino Magalhães Godinho, “art. cit.”, p. 82-96.

¹³ Maria de Fátima Marinho, ao desenvolver as diversas características dos romances históricos herculanianos, atenta miudamente nas influências de Walter Scott, Alfred de Vigny, Victor Hugo, Manzoni e Balzac nessas obras, detalhando similitudes e diferenças na elaboração dos respetivos universos diegéticos (Maria de Fátima Marinho, “O romance histórico de Alexandre Herculano”, *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*, Porto II, série 1.1 (1984), p. 97-117), acentuando a particular relação com Scott, em *O romance histórico em Portugal*, p. 53-66.

¹⁴ Assim o afirma Sérgio Campos Matos, “A divulgação histórica em Alexandre Herculano” in *Alexandre Herculano. Um Pensamento “Poliédrico”*, p. 59, acrescentando que os anos de 1846 a 1859 corporizam uma segunda fase, que atribui a primazia à história erudita, e os anos de 1859 a 1877 a uma terceira, em que, retirado embora para Vale de Lobos em 1864, não se alheava da criação cultural e da intervenção. E, no quadro das exigências da divulgação histórica, como acentua, Herculano tanto se interessou pela “verdade” histórica como pela tradição verosímil (p. 61-67).

entre visigodos e mouros no século VIII. *O Bobo* envia-nos para as lutas da aristocracia portugalense em tempos do governo de D. Teresa. *O Monge de Cister*; o seu mais volumoso romance e aquele em que a componente histórica é muito forte e vincada, evoca-nos a ambiência da época de D. João I.

A figuração literária das épocas passadas, reconstruída nos seus quadros sociais e focada essencialmente na Idade Média, apresentava-se aos românticos com uma eminente função didática para a sociedade do seu tempo. A lição do passado, penhor da regeneração do presente, tornava-se atraente para os leitores, sendo mais facilmente interiorizada e apreendida. Herculano não hesita, pois, em afirmar que as novelas de Scott, Hugo ou De Vigny contam “mais verdades, que boa meia-dúzia de bons historiadores”. Mas atente-se que essa afirmação vem na sequência da sua conceção da escrita das novelas históricas com o cabal conhecimento dos quadros sociais epocais. Assim, como também escreve: “quando o character dos individuos ou das nações é sufficientemente conhecido, quando os monumentos e as tradições e as chronicas desenharam esse carácter com pincel firme, o novelleiro póde ser mais verídico do que o historiador, porque está mais habituado a recompor o coração do que é morto pelo coração do que vive, o génio do povo que passou pelo do povo que passa. Então de um dicto, ou de muitos dictos elle deduz um pensamento ou muitos pensamentos, não reduzidos á lembrança positiva, não traduzidos, até materialmente: de um facto ou de muitos factos deduz um affecto ou muitos affectos, que se não revelaram. Esta é a história intima dos homens que já não são: esta é a novella do passado”¹⁵.

Herculano, acentuemo-lo, era um historiador rigoroso, seguidor da “escola metódica ou positiva” alemã¹⁶, que dominava a crítica histórica¹⁷ e o rigor científico para atingir a “verdade” histórica dos factos, fundamentada por “provas” seguras, demarcando-se de explicações pelo mito, pelo extraordinário,

¹⁵ Abonação das citações dos textos de Herculano, in Maria de Fátima Marinho, *O romance histórico em Portugal*, p. 15-16.

¹⁶ Assim Fernando Catroga afirma que, de acordo com os preceitos do que mais tarde se apelidará de “historiografia metódica ou positiva”, Herculano manifesta-se a favor de uma clara destriça entre a historiografia e a filosofia da história, defendendo, como os seus mestres alemães, “que o conhecimento do passado só será verdadeiro se o historiador souber colocar-se numa posição de impassibilidade, imparcialidade e de desnudamento das influências ideológicas, mesmo em relação a valores tão caros como o patriotismo” (Fernando Catroga, “Historicismo e liberalismo em Alexandre Herculano” in *Alexandre Herculano. Um Pensamento “Poliédrico”*, p. 10). Uma síntese do paradigma desta escola lê-se em Margarida Sobral Neto, *Problemática do Saber Histórico. Guia de Estudo*, 2ª ed., Coimbra, Palimage, 2016, p. 16-18.

¹⁷ Vitorino Magalhães Godinho, “art. cit.”, p. 55-56, sintetiza muito elucidativamente as linhas mestras em que assentava a crítica histórica de Herculano.

pelo milagre. Mas era também o historiador já precocemente sensível a outros paradigmas de uma História Nova¹⁸. De facto, como escreve e demonstra Magalhães Godinho: “Herculano aproveitou a erudição alemã, mas a sua concepção da História e as ideias de interpretação vêm-lhe da França”¹⁹.

A sua IV *Carta sobre a História de Portugal* é bem elucidativa desses outros horizontes. Logo ao iniciá-la perfilha a ideia de que é pelas transformações sociais que se devem marcar os ritmos da história, não tendo qualquer significado os cortes cronológicos por reinados ou dinastias. Assim, como escreve, as quatro dinastias em que normalmente se divide a História de Portugal – 1ª Luso-Capeta, 2ª do mestre de Avis, 3ª dos Filipes e 4ª Brigantina – não são mais que um “catalogo das famílias reaes”, mas não servem a ciência histórica: “quem não tem razão é a sciencia, que annunciando a *História de Portugal*, em vez de distribuir as épochas chronologicas pelas transformações essenciaes da sociedade, sujeita a ordem dos acontecimentos sociaes ás mudanças da raças reinantes. Isto é altamente absurdo”²⁰. Do mesmo modo estava consciente de que só uma visão multifacetada, uma observação poliédrica podia conduzir à análise do passado histórico: “A história pode comparar-se a uma columna polygona de marmore. Quem quizer examina-la deve andar ao redor d’ella, contempla-la em todas as suas faces”, acrescentando numa acutilante crítica: “o que entre nos se tem feito, com honrosas excepções, é olhar para um dos lados, contar-lhe os veios da pedra, medir-lhe a altura por palmos, pollegadas e linhas. E até não sei dizer ao certo se esta indagações se teem aplicado a uma face ou unicamente a uma aresta”²¹. E insiste ainda com veemência na negação de uma história biográfica, apoiada em reis ou outros indivíduos, pugnando pela história de toda a sociedade: “busquemos a história da sociedade e deixemos por um pouco a dos indivíduos... Pouco bastará para nos persuadirmos de que a biographia das familias ou dos individuos nunca pode caracterisar qualquer época; antes, pelo contrario, a história dos costumes, das instituições, das idéas, é que ha de caracterisar os individuos, ainda quando quisermos estudar a vida d’estes, em vez de estudar a vida do grande individuo moral, chamado povo ou nação”²². O estudo da sociedade, composta por relações sociais, é assim

¹⁸ Cfr. Margarida Sobral Neto, *ob. cit.*, p. 38-40.

¹⁹ Vitorino Magalhães Godinho, “art. cit.”, p. 67. E mais latamente, nas páginas 53 a 67, apresenta a conceptualização, a metodologia e as reflexões interpretativas do seu officio de historiador.

²⁰ Vitorino Magalhães Godinho e Eurico Gomes Dias (orgs.), *Alexandre Herculano. O Cidadão e o Historiador. Antologia*, p. 138.

²¹ Idem, *ibidem*, p. 139.

²² Idem, *ibidem*, p. 142.

também uma noção operatória da obra de Herculano, que nos ensina a demarcar as épocas históricas justamente pelas transformações essenciais da sociedade²³.

E se na evolução do pensamento historiográfico, o tempo de Herculano não era ainda o de tomar como objeto histórico o campo analítico dos marginais e excluídos, das mentalidades, da religiosidade, dos sentimentos e das emoções, claramente ele estava aberto e sensível a essas abordagens. Por isso, na pena do romancista, esse coração do homem morto, esse coletivo, consubstanciado em maiorias e minorias, alimentado por paixões, crenças e superstições e surpreendido nos seus ambientes e ritmos do quotidiano podia ser vivificado. Assim podia reconstituir o passado não com a ciência do historiador mas com a arte do romancista e cada um desses perseguia caminhos distintos, ainda que próximos, pois, como afirma: “A história é verdadeira, a tradição verosímil e o verosímil é o que importa ao que busca as lendas da pátria”²⁴. E com esta prosa romanceada, resgatadora de um passado verosímil, mais facilmente sensibilizaria o grande público para as lições da história pátria.

O Monge de Cister – a história no romance

Com as premissas enunciadas, centrar-nos-emos neste estudo sobre *O Monge de Cister*²⁵, perspetivando o romance no âmbito de uma abordagem histórica.

²³ Por isso Fernando Catroga, na parte do seu estudo que intitula sugestivamente de “uma história total?” expõe que Herculano se connexionou, quer na *História de Portugal*, quer em outros ensaios históricos e mesmo em algumas novelas “com outras perspectivas (económicas, culturais, mentais), sendo por isso excessivo afirmar que, apesar das suas intenções, Herculano somente escreveu história política” (Fernando Catroga, “Historicismo e liberalismo em Alexandre Herculano” in *Alexandre Herculano. Um Pensamento “Poliédrico”*, p. 21-23, citação desta última página). Todavia, como adverte Sérgio Campos Matos, Herculano não podia ainda privilegiar o todo social, cumprindo as intenções enunciadas nas *Cartas sobre a História de Portugal*, pois a cultura histórica portuguesa Oitocentista não dispunha ainda da ferramenta teórica e das bases documentais acessíveis para levar a cabo essa história global (Sérgio Campo Matos, “art. cit.”, p. 68-71).

²⁴ Princípio enunciado na lenda *O Bispo Negro* (veja-se Maria de Fátima Marinho, *O romance histórico em Portugal*, p. 22, nota 31).

²⁵ Romance com edições, em vida de Herculano, de 1848, 1859 e 1869. Trabalhámos e citaremos a partir da edição de Alexandre Herculano, *O Monge de Cister ou a época de D. João I*, 23ª ed., 2 tomos, Lisboa, Livraria Bertrand, s. d. Doravante referido no texto, como *MC*, I ou II (tomos), c. (capítulo) e: (páginas). Mas igualmente nos servimos da edição *Obras Completas* de Alexandre Herculano, *O Monasticon*, tomo II, *O Monge de Cister ou a Época de D. João I*, 2 tomos, introdução e revisão de Vitorino Nemésio, verificação do texto e notas de António C. Lucas, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977. Na Introdução desta edição (p. VII-XXIII) Vitorino Nemésio dá-nos conta da receção literária contemporânea desse romance.

Nesta mesma linha segue Ricardo Ledesma Alonso que evidenciou o sentido da história e das lições do passado, nas “crônicas-romances” de Herculano, à luz do seu projeto político-cultural de conformação do Estado-Nação. E defendeu mesmo, em oposição a outros autores, que a contextualização histórica não foi secundária em relação à trama ficcional nas ditas crônicas-romances, mas, pelo contrário, foi o enredo ficcional que se assumiu como “um assunto secundário em relação ao objetivo principal de narrar ‘os costumes e as tradições’ do povo português”²⁶.

Julgamos até poder aventar como premissa que esta obra ficcional teria sido escrita com muitas das fontes já recolhidas e porventura até com algumas anotações escritas que Alexandre Herculano possuiria para dar continuidade à sua *História de Portugal*, que se quedara no reinado de D. Afonso III. E por isso nela, assim pensamos, o historiador Herculano sobrepõe-se mesmo ao romancista. A obra assumir-se-ia, então, como um primeiro ensaio para dar corpo aos protagonistas e aos movimentos sociais dos primórdios da nova dinastia avisina, em que ocorrem significativas transformações nacionais²⁷. Aliás esta correlação entre a obra histórica e o romance já foi acentuada por Vitorino Magalhães Godinho, evidenciando que “*O Bobo* vem no ano a seguir às *Cartas sobre a História de Portugal* e que *Eurico* precede a *História de Portugal* e *O Monge de Cister* que se lhe segue logo”. E não hesita em afirmar: “Herculano, quando escrevia os romances históricos, escrevia ao mesmo tempo a parte dos personagens e acontecimentos da sua obra histórica”²⁸.

Mas ao subscrevermos estas afirmações igualmente estamos conscientes que Herculano conjuga a história com a possibilidade de liberdade da composição ficcional, que lhe permite recriar ambientes, dando-lhe “cor local”, e sobremaneira expressar sentimentos, emoções e estados de alma dos seus heróis, o que, aliás, não lhe suscitava problemas²⁹. E se se baseia em documentos

²⁶ Ricardo Alonso, “Historia, conocimiento y narración: las ‘crônicas-romances’ de Alexandre Herculano”, *Revista de Estudos Literários*, 9 (2019), p. 49-72 (citação da p. 59).

²⁷ Transformações que preanunciavam o absolutismo que Herculano repudiava. Como escreve na *V Carta sobre a História de Portugal*: “a virilidade moral da nação portuguesa completou-se nos fins do século XV, e a sua velhice, a sua decadência como corpo social, devia começar imediatamente” (in Vitorino Magalhães Godinho e Eurico Gomes Dias (orgs), *Alexandre Herculano. O Cidadão e o Historiador. Antologia*, p. 157).

²⁸ Vitorino Magalhães Godinho, “art. cit.”, p. 71 (ambas as citações).

²⁹ De facto Herculano, respondendo aos que o acusavam de alterar a história em vários romances, não hesitava em afirmar: “não confundamos ideias: o extra-histórico não é contra-histórico” (Castelo Branco Chave, *ob. cit.*, p. 27). Justamente Joaquim Veríssimo Serrão, “O romance histórico” in *ob. cit.*, p. 178, opondo-o a Almeida Garret, assevera “que Herculano soube evitar os anacronismos que resultam da aliança entre o rigor documental e a evasão literária. Quando reconstitui um ambiente, o prosador Herculano nunca excede os pressupostos da verdade

históricos não deixa também de recorrer à estratégia literária dos romancistas históricos de filiar a sua obra ficcional num antigo manuscrito, que só o autor conhece e que nem é necessário mencionar³⁰, ainda que, como veremos, este artifício seja algo especial neste romance. Mas, como já anotou Eduardo Soczek Mendes, Herculano não se valeu apenas “de recursos convencionais, como a alusão a algum manuscrito empoeirado, mas também reelaborou ficcionalmente momentos importantes da História de Portugal e propôs, por meio das obras literárias, reflexões acerca de seu conturbado contexto no século XIX”³¹.

Justamente *O Monge de Cister* tem como subtítulo *A época de D. João I*, remetendo-nos, intencionalmente, para a reconstituição política e social de um tempo histórico. O próprio Herculano assim o reclama, declarando, na nota final da edição de 1948, que dava aos leitores “modestamente uma novella, onde, na falta de outro merito de que a reconhece falha, se achasse, ao menos, o quadro da lucta social, que caracteriza a epocha de D. João I, e dos costumes e crenças dessa epocha” (*MC*, II: 381). De facto, como escreve Machado Pires, “talvez ninguém melhor do que (Herculano) fez o trânsito da construção da História para a Literatura com proveito estético, cívico e pedagógico”³². E ainda que em todos os seus romances a componente evocativa se sobreponha à sua capacidade de efabulação, essa marca acentua-se em *O Monge de Cister*; o que a torna mesmo uma obra de valor desigual e sem uma significativa relevância literária. Claramente emerge o historiador neste “romance de evocação de uma época”, que “vale sobretudo pelo substrato historiográfico, pela viva descrição de ambientes e tipos sociais, sem descurar as clivagens de uma sociedade em transformação”³³.

histórica que a sua formação impunha, havendo nele um perfeito controle no processo e meios de ‘fabricar’ o passado”.

³⁰ Herculano, na nota a *O Monge de Cister*, II, p. 383, deixa bem patente esse artifício literário ao escrever: “a precedente narração foi tirada, a bem dizer textualmente, de um manuscrito que estava no mosteiro de*** da comarca de*** da provincia de*** e que só o auctor teve a fortuna de ver. Para que serviriam, pois, citações, notas, emburilhadas? A coisa é de uma authenticidade irreprehensivel”. Assim escreve o romancista Herculano, porque também ele é o historiador Herculano que publica a magna obra documental *Portugaliae Monumenta Historica* e fundamenta a sua *História de Portugal* com notas críticas e precisas citações documentais.

³¹ Eduardo Soczek Mendes, “O manuscrito deu origem ao romance histórico ou o romance deu origem ao manuscrito? A atualização de códices em Herculano”, *Revista de Estudos Literários*, 9 (2019), p. 158.

³² António M. B. Machado Pires, “Prefácio” in António M. B. Machado Pires e Maria Helena Santana (orgs.), *Alexandre Herculano. O Escritor. Antologia*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010, p. 8.

³³ Maria Helena Santana, “Introdução. 4. Ideologia, humor e horror: as histórias cruzadas d’*O Monge de Cister*” in António M. B. Machado Pires e Maria Helena Santana (orgs.), *Alexandre Herculano. O Escritor...*, p. 38, palavras finais da sua análise do romance (p. 38-44).

O enredo do romance é simples e de todos conhecido. O cavaleiro Vasco Anes foi duplamente agravado na sua honra e códigos cavaleirescos. Um outro nobre, bem mais rico e de superior linhagem, Lopo Mendes, arrebatou a sua donzela Leonor, filha de Mem Viegas, enquanto estava em guerra. Por sua vez, a sua jovem irmã Beatriz foi seduzida por um outro cavaleiro, D. Vivaldo (nome falso de Fernando Afonso), ato desonroso que provocou a morte do seu pai, tendo-a depois esse amante abandonado e deixado na maior desgraça. Vasco buscará refúgio do seu desgosto amoroso na religião, tornando-se monge cisterciense e rumando a Lisboa. Mas sem conseguir apaziguar os seus instintos de punição virá nessa cidade a matar Lopes Mendes. Também na urbe lisboeta encontrará a sua irmã e aquele que a infamou, o camareiro-mor do rei Fernando Afonso, bem como diversos coadjuvantes que o instigaram à vingança. E será também pela denúncia de Vasco que Fernando Afonso será condenado à fogueira.

Percorreremos então a narrativa, seguindo alguns eixos norteadores na sua leitura. Atentaremos, assim, no período histórico em que se enquadram as situações ficcionadas. Deter-nos-emos sobre a ambiência social e cultural que nos é recriada por Herculano. E procuraremos captar nessa prosa ficcionada os ideais que Herculano advogava e queria transmitir aos seus leitores.

O período histórico

Os acontecimentos passam-se em tempos de D. João I, mais concretamente no ano de 1389. O fundamento histórico e a inspiração para a elaboração do romance assentam, como diz logo a abrir Alexandre Herculano, em Fernão Lopes, o cronista que não se limitava a enumerar nomes e feitos políticos, mas a dar vida à sociedade de uma época, que era para si uma inspiração³⁴. Refere que, contemplando as ruínas, causadas pelo terramoto, do Convento dos Lóios, antigo colégio de D. Domingos Jardo³⁵, e os edifícios que depois

³⁴ Alexandre Herculano em “Historiadores Portuguezes” assim escrevia sobre ele: “além do primor com que trabalhou sempre por apurar os sucessos políticos, Lopes adivinhou os princípios da moderna história: a vida dos tempos de que escreveu transmitiu-a à posteridade, e não, como outros fizeram, somente um esqueleto de sucessos políticos e de nomes célebres. Nas crónicas de Fernão Lopes não há só história: há poesia e drama: há a idade media com sua fé, seu entusiasmo, seu amor de gloria”, citação a partir de Ricardo Ledesma Alonso, “art. cit.”, p. 57.

³⁵ Para melhor esclarecimento sobre a evolução da congregação dos Lóios ou dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista, entre outros nomes, que nasce em 1420, na igreja dos Olivais em Lisboa, e mais concretamente sobre a doação do Colégio de D. Domingos Jardo à congregação pelo regente D. Pedro, em 1442, e a instituição do Convento de Santo Elói de

lhe sucederam, teve uma lembrança: “í-a a seguir o meu caminho, quando me lembrei de um velho manuscrito que lera, e que falava miudamente de certo sucesso que Fernão Lopes transmitiu á posteridade na chronica de D. João I”. Atente-se que o recurso estilístico do romancista ao “velho manuscrito”, de todos desconhecido, claramente se converte aqui numa assimilação a Fernão Lopes. E Herculano articula ainda a antiguidade da materialidade da pedra com a do papel, acrescentando: “este successo terrível, cujo desfecho apenas narra o chronista ... está ligado com a historia desse collegio do bispo de Lisboa” (MC, I: XIII). Acresce que o incidente narrado por Fernão Lopes, no capítulo CXXXIX do livro II da *Crónica de D. João I*³⁶, remete para o referido ano, cronologia escolhida com agudeza, que lhe permite tanto encenar os movimentos sociais e os atores e acontecimentos mais marcantes na ascensão e afirmação jurídica e militar da realeza avisina e o favorecimento inicial do monarca ao Terceiro Estado como depois o crescendo da sua política de afirmação do poder real com o cerceamento de benesses e dádivas do monarca aos privilegiados, o que lhe acarretou inimizades e oposições. Anuncia-se assim já um tempo de “transformações sociais”, que tanto o motivavam, as quais foram particularmente visíveis e sentidas na década seguinte.

Em 1389, D. João é rei já há quatro anos, tendo sido aclamado nas Cortes de Coimbra, a 6 de abril de 1385. A 14 de agosto desse mesmo ano D. João enfrentara-se com Juan I de Castela, casado com D. Beatriz, filha de D. Fernando, na batalha campal de Aljubarrota, tendo obtido uma significativa vitória. Legitimado pelas armas, D. João procurara também cuidar da sua linhagem e sucessão. Assim, alicerçando a sua aliança inglesa, casara no Porto, em fevereiro do ano de 1387, com D. Filipa, a filha de João de Gand e de Branca de Lencastre³⁷.

Se nos anos em que tomou o governo do reino como seu Regedor e Defensor, portanto de dezembro de 1383 a março-abril de 1385, e nos iniciais do seu

Lisboa, veja-se Bernardo de Vasconcelos e Sousa (dir.), Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos (orgs.), *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento (Guia Histórico)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, respetivamente, p. 235-239, 242.

³⁶ Fernão Lopes, *Cronica del Rei Dom Joham I de Boa Memoria e dos Reis de Portugal o decimo. Parte Segunda*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977, p. 283-287. E sobre a conjugação da história, verosimilhança e ficção na narrativa das *Crónicas* de Fernão Lopes, leia-se Teresa Amado, “Uma história é uma história é uma história” in *Literatura e História. Actas do Colóquio Internacional*, I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 27-31.

³⁷ O desenvolvimento histórico de todos estes acontecimentos no seu enquadramento social e político, bem como os demais da atuação e da corte joanina referidos neste estudo, encontram-se abonados na obra de Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*, Lisboa, Temas e Debates, 2008.

reinado se apoiou essencialmente no povo, na burguesia e nos letrados, muito em particular fixados na cidade de Lisboa, bem como em alguns ramos médios e mais jovens das linhagens nobres, agraciando os mesteres com a permissão de terem assento na câmara lisboeta, isentando os mercadores de vários impostos, privilegiando os mestres e escolares do Estudo, dando bens, confiscados aos seus inimigos, aos vassalos que lhe eram fiéis, esta política estava a causar mal-estar entre os senhores, muito em especial entre a mais elevada fidalguia, mas também o alto clero. É justamente nesse tempo de “instabilidade” social que Herculano pretende situar os acontecimentos ficcionados.

Portanto a escolha cronológica de 1389 permite-lhe fazer entrar em cena os agentes e o desenvolvimento dos acontecimentos da trama histórica ocorridos antes desse ano bem como os que durante ele se vivenciaram. Desde logo aludir aos principais traços da crise política de 1383-1385 (*MC*, I, c. VII: 115-116); concomitantemente apresentar João das Regras, como o grande legista que suportou nas Cortes de Coimbra toda a argumentação jurídica que levou à eleição do Mestre a rei; logo depois aludir à batalha de Aljubarrota, dando-lhe ensejo de evocar o herói de armas D. Nuno Álvares Pereira. Iguamente lhe deu ensejo de recriar a vida palaciana, com a rainha D. Filipa à cabeça do gineceu da corte, liderando o séquito feminino da sua casa. Em consentâneo, a opção pelo ano de 1389 posicionou-o no ambiente da corte em que se passou a punição do camareiro-mor do rei, como relata Fernão Lopes, e no cenário da reunião das Cortes de Lisboa, em fevereiro-março de 1389, onde os concelhos em grande número dos seus agravos e pedidos condenaram a nobreza, que começava a manifestar descontentamento face à política de D. João I, que, como dissemos, nos anos iniciais do seu reinado se apoiou e favoreceu essencialmente o estrato popular, a burguesia, os oficiais e letrados e o seu corpo de novos e fiéis vassalos.

O Monge de Cister abre-se assim tanto a acontecimentos e personagens históricos, como apresenta personagens ficcionadas e quadros espaciais e sociais de grande verosimilhança histórica. Herculano não hesita por isso em recorrer a passos das *Crónicas* de Fernão Lopes para construir a sua narrativa ou a muita outra documentação, sobretudo legislativa.

Herculano quer mesmo deixar plenamente exposto esse seu objetivo. Assim inicia cada um dos 29 capítulos do romance – muito sincopado e com um estilo próprio de uma publicação num periódico – com uma remissão para fontes históricas e literárias que constituem o mote do enredo desenvolvido em cada um deles. Põe-nos perante fontes cronísticas – *Crónica de D. Pedro* (*MC*, II, c. XXV: 247), de *D. Fernando* (*MC*, I, c. III: 45; II, c. XIX: 111), de *D. João I* (*MC*, I, c. IV: 66; II, c. XXIX: 336), de Fernão Lopes ou a *Crónica de D. Afonso V* de Rui de Pina (*MC*, II, c. XVI: 47) e mesmo um passo de um

Antigo Nobiliário (MC, II, c. XXVII: 282) e fontes doutrinárias de diversa natureza, como o *Livro dos Conselhos* de D. Duarte (MC, I, c. XI: 184), uma *Carta* de Frei João Álvares³⁸ (MC, I, c. VI: 102), o *Espelho de Casados* de João de Barros (MC, I, c. I: 3), a *Vita Christi* (MC, I, c. VII: 114), em que apresenta como tradutor Frei Bernardo de Alcobaça, e as *Explicações* (MC, II, c. XVIII: 89) de Frei Bernardo de Alcobaça. Recorre à epistolografia, como a carta do infante D. Pedro a seu irmão D. Duarte (MC, I, c. VIII: 122), à legislação, como o *Livro de Leis e Posturas*, aludindo a leis de Afonso IV, uma sobre tavolagem (MC, I, c. X: 147; II, c. XXVI: 263), à documentação de variada índole e proveniência, seja régia (capítulos das Cortes de Coimbra de 1398 (MC, II, c. XV: 5) e das Cortes de Lisboa de 1456 (MC, I, c. XII: 215) e ainda uma carta de D. João I dirigida ao concelho de Lisboa (MC, II, c. XXIV: 225)), seja de proveniência municipal (como o *Livro dos Pregos* (MC, II, c. XVII: 57)). Apela ainda à literatura em prosa, como a comédia *Aulegrafia* de Jorge Ferreira (MC, II, c. XX: 132), ou à poesia, como o *Cancioneiro Geral* (MC, I, c. II: 19; c. XIII: 254) e as *Miscelâneas* (MC, II, c. XXII: 174) de Garcia de Resende, as poesias de António Ribeiro Chiado³⁹ (MC, I, c. V: 90; II, c. XXIII: 198), a poesia galaico-portuguesa do *Cancioneiro* do Colégio dos Nobres, hoje mais conhecido por *Cancioneiro da Ajuda* (MC, I, c. IX: 130; II, c. XXI: 154), os Adágios Populares (MC, I, c. XIV: 282) ou os *Lusíadas* de Camões (MC, II, c. XXVIII: 297).

Herculano demonstra-nos a saciedade que dominava a legislação e a documentação régia, a cronística, os textos de doutrina política ou de doutrinação moral, assim como a poesia e a comédia, e que com estes fundamentos mais históricos ou literários compôs o seu romance. Assim toda a escrita herculaniana deixa perpassar o riquíssimo, variegado e apelativo vocabulário dos escritos medievais e o seu texto está recheado de conhecimentos históricos religiosos (horas canónicas, trintários, saimentos e cerimónias fúnebres com orações em latim), culturais (códigos de cavalaria e do amor cortês, cultura jurídica) ou sociais (desde a sociedade de corte à dos meios populares).

Igualmente o romance se permeabiliza aos cânones românticos, revelando um intenso comprazimento com a natureza, seja ela ridente em meses de Primavera, seja triste ou chuvosa e sobretudo ameaçadora em dias de trovoadas. Atravessam-no os temas religiosos, em que se debatem sentimentos e emoções

³⁸ Trata-se da carta segunda, que escreveu da Bélgica, para a reformação do mosteiro de Paço de Sousa, que dirigia.

³⁹ Foi este um franciscano de Évora, que fugiu do convento e fazia vida de goliardo em Lisboa, tendo escrito diversos Autos, alguns representados perante D. João III.

de sacrilégio, santidade, pecado e maldição. Do mesmo modo o gosto pelo macabro e lúgubre e o fascínio pela noite, em que a luz cede lugar ao escuro, e pela morte, certeza da finitude da vida, perpassam em muitas páginas da obra, desde logo no arrebatamento de Beatriz para o suicídio e depois o seu funeral.

A representação dos personagens históricos no romance

Mas retornando à nossa leitura historizante do romance, analisemos a caracterização de algumas das figuras históricas da época a que deu entrada na sua obra e como sobre elas verteu o seu pensamento político ou as moldou às necessidades da composição do enredo narrativo.

D. João I é o glorioso rei guerreiro que Herculano não hesita em comparar ao rei Artur: “especie de Arthur dos romances do Sancto-Grial no meio dos seus cavalleiros da Tavola-redonda” (*MC*, II, c. XX: 140-141). Aponta-o como um monarca respeitador da família e da sua esposa, ainda que deixe entrever a possibilidade de algumas pequenas infidelidades⁴⁰ (*MC*, II, c. XVI: 139), recuperando talvez aqui a lenda das pegas do paço de Sintra. Igualmente o apresenta como um rei que pugna pela justiça e a põe em prática. Mas é também retratado como um monarca que, para desenfado da governança, gosta de se divertir em saraus de música, dança e momices. O modelo lopesiano do rei de Avis serviu de guia ao romancista que o seguiu de perto. Apenas uma nota dissonante e para a qual não temos uma explicação – Herculano aponta reiteradamente D. João como autor de um tratado de cetraria ou altanaria⁴¹ (*MC*, I, c. XII: 227; II, c. XV: 7; c. XXVI: 278) e não como autor do bem conhecido *Livro de Montaria*.

Na continuação da lição das Crónicas de Fernão Lopes, D. Filipa é descrita como uma “boa rainha”, cabeça de uma corte ritualizada, virtuosa e modelar⁴², “corte benigna e ceremoniatica, onde reinavam os usos e pontualidades inglesas”

⁴⁰ Assim se lê em *O Monge de Cister*, II, cap. XX, p. 139: “postoque D. João I não fosse exempto das fraquezas humanas e que D. Philippa tivesse mais de uma vez razão de queixar-se das infidelidades de seu real esposo, é necessário confessarmos que ele soube fazer respeitar a sanctidade de tecto domestico...”.

⁴¹ Existia de facto na corte joanina um Livro de Cetraria quatrocentista, que fazia mesmo parte da biblioteca de D. Duarte, como “livro de Cetraria que foy del-Rey D. João”, mas os especialistas referem-no como sendo de autor anónimo (Vid. Luís Krus, “Livro de Falcoaria” in Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (coords.), *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, p. 408-409; Aires A. Nascimento, “As livrarias dos príncipes de Avis”, *Biblos*, LXIX (1993), p. 265-287, citação de p. 285).

⁴² A biografia desta rainha é traçada por Maria Manuela Santos Silva, *Filipa de Lencastre, a rainha inglesa de Portugal (1360-1415)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012.

(MC, I, c. X: 172), que Herculano não hesita em opor à corte fernandina de “objectos deleites”, liderada pela “má rainha”, D. Leonor Teles. Na verdade Herculano segue a mensagem lopesiana do elogio do pai do monarca, D. Pedro, ainda que o retrate como justiceiro e excessivamente folgazão, e da condenação do seu meio-irmão, D. Fernando, e de sua mulher, que terão levado o reino à decadência. D. Filipa é também a boa mãe a que “Portugal (deve) os tres mais bellos caractéres da sua história, os três irmãos, Duarte, Pedro e Fernando” (MC, II, c. XX: 139-140). Percebe-se que Herculano não incluisse o infante D. João, dada a sua curta vida e protagonismo, mas não deixa de causar perplexidade o facto de não aludir nesta plêiade de ilustres infantes a D. Henrique. Certamente, à luz dos seus valores éticos, julgaria o seu carácter manchado pela morte de dois irmãos, por não haver resgatado do cativo Fernando e não ter evitado o fatal confronto bélico de seu irmão D. Pedro com o seu sobrinho D. Afonso V⁴³. Mais inconfessadamente poderia ainda estar subjacente o seu juízo sobre a expansão marítima, impulsionada por D. Henrique, que conduziria a um longo “ciclo” de decadência da nação portuguesa como corpo social⁴⁴.

Depois do casal real, duas outras figuras históricas têm uma larga representatividade na obra – D. João das Regras e o abade de Alcobaça, D. João de Ornelas.

D. João das Regras, dito doutor de Pisa – não estando ainda hoje provada a sua presença na dita Universidade – surge como um legista profundamente conhecedor da ciência que cultivava⁴⁵. Mas, perante uma sociedade de corte

⁴³ Recorde-se o que a propósito dele escreveu nas “Novelas do século XV”: “o infante D. Henrique há aí quem não o conheça? Quem não conheça o fundador da nossa glória marítima? Certo que não... E todavia de todos os quatro filhos de D. João I (contando o infante D. Fernando) é ele quem ocupa o lugar mais baixo na escala das virtudes e porventura na ciência apenas lhe caberá o terceiro depois de D. Duarte e D. Pedro” (Alexandre Herculano, *Opúsculos*, organização, introdução e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, vol. V, Lisboa, Editorial Presença, 1986, p. 56).

⁴⁴ Sobre os ciclos da história portuguesa, o primeiro da constituição da nação, correspondente à Idade Média e o segundo da sua rápida decadência, correspondente ao Renascimento, veja-se o que escreve Herculano na *V Carta sobre a História de Portugal* in Vitorino Magalhães Godinho e Eurico Gomes Dias (orgs), *Alexandre Herculano. O Cidadão e o Historiador. Antologia*, p. 156-171. E quanto a este seu pensamento sobre os descobrimentos e o renascimento como o início da decadência, que conduziu ao estabelecimento da monarquia absoluta, leia-se Fernando Catroga, “Historicismo e liberalismo em Alexandre Herculano” in *Alexandre Herculano. Um Pensamento “Poliédrico”*, p. 44-48.

⁴⁵ Para o conhecimento da sua ação na corte régia consulte-se Armando Luís de Carvalho Homem, “O Doutor João das Regras no Desembargo e no Conselho do Régio (1384-1404)” in *Portugal nos finais da Idade Média. Estado, Instituições, Sociedade Política*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 149-174.

grandemente desconhecedora das matérias jurídicas, afirma a sua superioridade e imprescindibilidade no governo do reino. Face a D. João I protesta-lhe obediência e serviço, mas sabe que o Mestre de Avis a ele deve a sua realeza e o apoio jurídico para a consolidação do poder real, o que lhe dá um ascendente sobre o monarca. Quer por isso ser o seu mais dileto privado, tendo grandes ciúmes do seu émulo nas armas D. Nuno Álvares Pereira⁴⁶. E na prosa do romancista, no confronto entre estes dois, do ponto de vista pragmático sobrepunha-se o primeiro: “João das Regras era o nó da tríplice aliança (unidade monárquica, ciência e princípio da associação); era o homem da ideia juvenil. Nunalvares, chefe da nobreza, o homem da ideia gasta e decadente” (MC, II, c. XVII: 81), ainda que a nível de carácter o primeiro encarnasse uma “alma rasteira, prosaica, astuta, positiva e talvez negra” e o segundo “uma alma grande, generosa, leal e poetica”. Nestes homens vertia Herculano o seu ideário complexo sobre a burguesia e a aristocracia, o progresso e a decadência, os valores e a moral com que no seu tempo teve de lidar e, não sem perplexidades, enfrentar⁴⁷.

D. João de Ornelas, o poderoso abade de Alcobaça e esmoler-mor do rei, que ajudara D. João I na Batalha de Aljubarrota e que por isso o monarca muito teve de agraciar⁴⁸, é no romance o mais acabado representante dos vícios, imoralidades e prepotências do alto clero. Em vários passos são-nos dadas a conhecer as opressões e abusos que infligia aos seus caseiros nos coutos de Alcobaça, o que certamente Herculano conheceria pela obra de Manuel dos Santos, *Alcobaça Illustrada*⁴⁹. E no enredo do romance é ele que manobra como um títere frei Vasco, instigando-lhe os mais brutais ímpetos de vingança sobre Fernando Afonso, pupilo do arcebispo de Braga, D. Lourenço, de quem o abade era acintoso inimigo. Inimizade criada desde logo pela exigência da anata pelo falecimento do anterior abade, que D. João de Ornelas não quis pagar ao arcebispo, na sua qualidade de coletor da câmara apostólica, questão que mais

⁴⁶ Uma biografia desta destacada figura em tempos joaninos, nas suas diversas facetas, traça João Gouveia Monteiro, *Nuno Álvares Pereira. Guerreiro, Senhor Feudal, Santo*, Lisboa, Manuscrito, 2017.

⁴⁷ Sobre a sua mentalidade complexa e a sua visão sobre os problemas de Portugal no seu tempo reflete Vitorino Magalhães Godinho, “art. cit.”, p. 19-26, 27-53.

⁴⁸ Para uma contextualização histórica deste abade e do seu relacionamento com D. João I, leia-se Saul António Gomes, “D. João Eanes de Dornelas, abade de Alcobaça (1381-1414)” in *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, p. 253-277.

⁴⁹ Manoel dos Santos, *Alcobaça Illustrada*, Coimbra, Oficina de Bento Seco Ferreira, 1710, p. 229-239 relata a longa acusação – com 21 artigos – dos coutos de Turquel e Évora (de Alcobaça) apresentada a D. João I.

uma vez se confirma pela mesma obra⁵⁰. Em todos os seus atos domina com mestria a dissimulação – os seus prazeres da gula escondem-se sob ladainhas de privação e abstinência; os seus movimentos torpes e insidiosos de vingança, disfarçam-se com atitudes e gestos de fervor religioso, como quando, por exemplo, tendo feito tudo para condenar Fernando Afonso, protesta face ao rei pela quebra do direito de asilo eclesiástico e pela crueldade da pena que o monarca pretendia aplicar (MC, II, c. XXIX: 351).

Herculano toma o abade como o alvo máximo das suas críticas contra a clerezia, ou melhor contra o alto clero. Porque Herculano, na expressão do seu “catolicismo romântico e liberal”⁵¹, fará entrar no seu romance outros membros do clero pelos quais demonstra grande simpatia, percebendo-se que é muito condescendente com o baixo clero, com os homens de religião que se aproximam das classes populares, muito em particular do clero secular como se espelha em *O Pároco de Aldeia*.

Com o alto clero estava a fidalguia, essa “casta opressora e damninha” (MC, I, c. X: 170), que Herculano traz para o romance, com figuras históricas ligadas a D. João I, em oposição ou apoio, como Henrique Manuel, conde de Seia, Gonçalo Vasques Coutinho, alcaide de Trancoso e Lamego, Egas Coelho, os Pacheco (podia ser Diogo Lopes Pacheco e seu filho João Fernandes Pacheco), João Afonso Pimentel, Álvaro Gonçalves Camelo, prior do Hospital, Fernão Vasques, senhor de Resende, João Rodrigues de Sá, camareiro-mor, Pero Lourenço de Távora, senhor de Mogadouro e Lopo Dias de Sousa, Mestre de Cristo. Estes, juntamente com Fernando Afonso e o abade de Alcobaça, reunidos numa taberna em Alfama, terão ocasião de se manifestar largamente contra o povo, ao ter conhecimento, por delação de um procurador às Cortes, dos capítulos do povo a apresentar nas Cortes de Lisboa de 1389. Este procurador, um licenciado de Celorico, é aliás altamente ridicularizado no romance, a começar pelo seu nome – na língua erudita, *Doctor-Mater-Galla-Dictus-Asinipes*, como se assinaria, convertido para linguagem em Mem Bugalho Pataburro. A jactância, superioridade ou mesmo prepotência dos juristas e letrados eram alvo das críticas de Herculano, mais ainda se traíam a confiança dos que neles acreditavam, neste caso o povo e os concelhos, como acontecia com este procurador da Beira. Seguidamente, em largas páginas do romance, Herculano, num cabal conhecimento histórico, enumera as queixas

⁵⁰ Manoel dos Santos, *Alcobaça Ilustrada*, p. 220-229.

⁵¹ A. Matos Ferreira, “A problemática religiosa em Herculano” in *Alexandre Herculano. Um Pensamento “Poliédrico”*, p. 175, assim afirma: “apesar de ser em certas ocasiões, e por certas personalidades, considerado um autor anti-clerical, ele é sobretudo expressão de um catolicismo romântico e liberal contra àquele que se identificava como ultramontano e anti-liberal”.

dos concelhos nessas Cortes, que na realidade muito insistiram na denúncia dos abusos dos senhores em coutadas, aposentadorias, tomadas abusivas de bens ao povo e outras arbitrariedades⁵². E nas reações e comentários que põe na boca da fidalguia dá expressão à animosidade dos senhores contra o povo, os quais não hesitam mesmo em criticar D. João I por o ter favorecido. Afirmavam os nobres que se o povo trabalhava a terra, era porque os nobres a haviam conquistado aos mouros, na expressão da teoria da trifuncionalidade social; criticavam a cavalaria-vilã, que achavam indigna de ir à guerra a seu lado; e ironizavam com a possibilidade dessa cavalaria popular querer ombrear com a fidalguia no vestir e montar, derogando a Pragmática de D. Afonso IV (MC, I, c. XII: 233-236). Por sua vez, o procurador de Celorico, que se sentiu acossado pela fúria dos fidalgos, acusou-os de se estarem a bandear com Castela e a trair o rei, preanunciando o romancista, o que viria a ser uma realidade cerca de uma década depois com a saída para o reino vizinho de muitos membros das mais elevadas linhagens de Portugal. Estas são verdadeiras páginas de história, do grande historiador que é Herculano, por dentro da prosa ficcionada do romance.

Construção dos personagens ficcionados

Igualmente a prosa ficcionada herculaniana busca suporte em fundamentos históricos, desde logo na construção das personagens idealizadas. Todavia tais personagens ficcionadas, neste como nos demais romances, não se constroem apenas com modelações históricas que os representam no seu comportamento e mentalidade como homens medievais, mas com outros elementos da criação literária. Para Fátima Marinho assumem-se sobretudo como figuras que se ajustam e que agem segundo os cânones do romantismo, afirmando que os seus “Eurico, Vasco ou Egas estão longe de se assemelharem ao sentir medieval que pretendem encarnar”⁵³. Já para Ledesma Alonso esses protagonistas historizados apresentam-se como os atores que davam vida às “crónicas-romances” de Herculano “essas ‘meias novelas, meias histórias’ (que) eram capazes de narrar

⁵² Sobre o contexto da reunião das Cortes de 1389 leia-se Armindo de Sousa, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, vol. I, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica-Centro de História da Universidade do Porto, 1990, p. 300-302 e o resumo dos 44 capítulos gerais do povo nela apresentados, em vol. II, p. 229-234.

⁵³ Fátima Marinho, “O discurso da História e da Ficção: modificação e permanência” in *Literatura e História. Actas do Colóquio Internacional*, vol. I, Porto, 2004, p. 359.

um ‘passado glorioso’, ‘heróico’ e ‘criativo’ que, contrastando com, e integrado no presente, excitaria ‘o orgulho nacional’ do povo português⁵⁴.

O cavaleiro Vasco da Silva é um moço de 22 a 25 anos, portanto na força da vida, que dando corpo à herança das raças é descrito como um “filho das Hespanhas”, “com o espirito de um godo” e ao mesmo tempo com “sangue de um arabe” (*MC*, I, c. I: 6). Protótipo do cavaleiro nobre e honrado, que segue a carreira das armas, tendo no coração o amor pela sua nobre donzela, mas também com alguma ilustração, pois haviam-no ensinado a escrever (*MC*, I, c. II: 43). Para concretizar este ideal cavaleiresco Herculano contextualiza-o na realidade histórica e conta que lutara na Ala dos Namorados de Mem Rodrigues em Aljubarrota, essa “memorável peleja”, como a designa (*MC*, I, c. I: 16). E logo após teria seguido o “pendão do Condestavel” (*MC*, I, c. I: 16), mas não especifica outros recontos militares em que tivesse intervindo, como poderia ser o de Valverde.

Depois de traído, portanto de ter sido manchada a sua honra de cavaleiro, à luz dos códigos da cavalaria, só lhe restava a vingança do infamante, sendo portanto uma vítima desses ideais, quando, para lavar a honra da família, assassina Lopo Mendes. E se intentou perseguir outro caminho, entrando em religião, concretamente para a Ordem cisterciense, vai ser um religioso sem convicção, como tantos outros, que se refugia nos estudos para esquecer os seus impulsos vingativos, o que não acontecerá.

Já o seu protetor, Frei Lourenço, “de idade robusta”, se apresenta como um religioso convicto, virtuoso, caritativo já com aura de santidade, caracterização que é tanto mais importante quanto se trata de um monge, logo um membro do clero regular, apresentando-se como o contraponto do poderoso abade D. João de Ornelas. De facto, no pensamento religioso de Herculano, esta mensagem cristã de humildade, liberdade e caridade era uma aliada natural do liberalismo, enquanto o alto clero e as ordens monásticas, na sua generalidade, surgiam como os seus inimigos, expoentes dos interesses do antigo regime⁵⁵. Mas Frei Vasco era também um monge culto, porque ensinava no Estudo lisboeta. Representava mesmo todos aqueles que ascenderam socialmente por via religiosa, pois quando Mem Viegas, pai de Leonor, quis que ele celebrasse na sua capela o casamento da sua filha com Lopo Mendes e ele recusara, alegando que Vasco, o prometido de Leonor, era seu pupilo, logo o fidalgo o rebaixou dizendo: “Tambem era honra que vós, filho e neto de mesteiraes e villãos, não merecieis” (*MC*, I, c. II: 29). Expressão acutilante de que a mobilidade social ascensional pela educação não era cara à velha e tradicional nobreza guerreira e senhorial.

⁵⁴ Ricardo Ledesma Alonso, “art. cit.”, p. 69.

⁵⁵ Veja-se António José Saraiva, “Liberalismo e Cristianismo” in *ob. cit.*, p. 55-79.

Vasco, se é oriundo de terras próximo de Aljubarrota, de imediato se dirige a Lisboa, pois tendo tomado o hábito de Cister, depois das vicissitudes da sua vida, aí vive no Colégio de S. Paulo e Santo Eloy, fundado, como refere Herculano, com todo o fundamento histórico, por D. Domingos Jardo em tempo de D. Dinis. É nele que tem como o seu protetor Frei Lourenço, esse homem bom e santo, imagem de uma vocação sincera, de uma renúncia ao mundo, de uma vivência e de uma prática pautadas pelos mais estritos cânones do cristianismo, que ensinava Decretos e Teologia no Colégio e era também procurador do mosteiro na corte que percorria com frequência. Poderia ter sido o seu salvador, não fora, como o ficcionou Herculano da urdidura do enredo do romance, o maléfico D. João de Ornelas tê-lo afastado da capital e enviado como visitador dos mosteiros de Cárquere e Bouro no Norte. No âmago do romance emerge de facto essa oposição entre personagens satânicos e angélicos e a viva luta entre a violenta paixão da vingança e os preceitos cristãos e purificadores do perdão.

Será, pois, em Lisboa, cidade que Herculano resgata das ruínas e revivifica, que se desenrola toda a trama da sua narração. Nela, num ambiente de caçada, plenamente reconstruído historicamente, Vasco assassina Lopo Mendes. Nela, no Colégio de S. Paulo e Santo Eloy, convive com o seu patrono e Mestre Frei Lourenço. Ainda mais magistralmente, e com o concurso dos ensinamentos cronísticos lopesianos, Herculano colocará Vasco a ser, também nela, o denunciador do crime do camareiro-mor do rei e então a corte régia emerge com toda a verosimilhança assente em figuras históricas – rei, rainha, oficiais régios – e acontecimentos nela vividos, narrados por Fernão Lopes.

Herculano recorre à estratégia de transformar D. Vivaldo, um personagem ficcionado, em Fernando Afonso⁵⁶, uma figura histórica, e D. Beatriz de Castro⁵⁷, uma figura histórica, em Leonor, personagem ficcionada, para “romancear” o episódio da condenação régia do seu favorito e privado, que Fernão Lopes relata na *Crónica de D. João I*. E depois, com mestria, dramatiza todos os pormenores da prosa cronística – desculpa de ida à romaria de Nossa Senhora de Guadalupe para Fernando estar com Beatriz; asilo de Fernando na igreja de S. Paulo, caminhando o rei no seu encalço; apego de Fernando à imagem da Virgem na esperança de se salvar; condenação à fogueira – e enreda-os em muitos mais contextos ficcionados para longamente narrar as ações e estado de alma de Vasco que neste ato de vingança surge como peão dos ódios de figuras históricas.

⁵⁶ É irmão de João Afonso de Santarém, escolar em Leis e do Desembargo e Conselho real, figura histórica que entra também no romance.

⁵⁷ Beatriz é filha do conde Álvaro Peres de Castro.

Cenários, costumes e quotidianos

A cidade medieval de Lisboa é, como dissemos, o pano de fundo em que se inscreve a maior parte da narrativa, ainda mais uma vez se aproximando o romancista da prosa cronística lopesiana, que neste cenário lisboeta inscreve todos os movimentos sociais que conduzirão D. João I ao trono. Herculano conhece bem a urbe, desde as suas muralhas e portas às suas ruas e edifícios. Insere, aliás, no romance uma longa citação da *Crónica de D. Fernando* sobre o amuralhamento da cidade em 1373 (MC, I, c. IV: 68). E poderá até ser um exercício histórico muito estimulante compararem-se os conhecimentos de meados do século XIX sobre o urbanismo medieval lisboeta com os que hoje ampliadamente se possuem, graças aos muitos trabalhos arqueológicos realizados. Por entre os edifícios citadinos enunciados destaca-se o Colégio de S. Paulo e Santo Eloy, com a sua igreja, palco de todo o enredo religioso do romance, e os paços de S. Marinho ou dos Infantes, onde é colocada a corte avisina. Mas dentro ou fora da cerca emergem outros monumentos, como a Sé, a Universidade, os mosteiros de S. Domingos e de S. Francisco, e um sem número de bairros, como os dos escolares ou das minorias moura e judaica, de ruas, vielas e tendas ou espaços mais amplos, como, entre outros, os de Campolide, Santos ou Restelo.

Herculano, como já fomos referindo, não é menos conhecedor das instituições medievais. Domina perfeitamente a estrutura das Cortes, como se evidencia no capítulo XI do romance, e o seu alcance político, assinalando a convergência dos interesses dos concelhos com os da coroa, exatamente quando a voz popular denunciava o poderio e prepotências dos privilegiados. Do mesmo modo conhece a intensidade da produção escrita que esta assembleia política acarreta. E pela boca do tabelião Mestre Bartolomeu, que sem fazer a sesta teve de estar no paço dos tabeliães, dá a saber: “Nestas vespersas de cortes não ha mãos a medir. Os procuradores não se tiram do paço a pedir traslados authenticos, certidões, autos, e quanto lhes vem ao bestunto. Temos de dar á unha até o serão” (MC, I, c. XIV: 289).

Em consentâneo também no romance expende o ser fervor municipalista, louvando o município medieval, a quem haveria de dedicar o último livro da sua *História de Portugal*, pois nele projeta a mais acabada forma de associação de onde proviria o progresso. Num passo de *O Monge de Cister*, aludindo a esse princípio de associação, escreve, numa prosa idêntica à da sua História: “cuja fôrma mais bella, mais energica, mais vivaz tem sido e será sempre o município”⁵⁸ (MC, II, c. XVII: 80). Defensor da descentralização administrativa,

⁵⁸ Na verdade, ao abrir o Livro VIII da sua *História de Portugal*, todo ele dedicado aos concelhos, escreve: “esta instituição (o município)... em parte nenhuma, talvez, durante a Idade

acreditava que a regeneração do país exigia e se concretizaria apenas por dentro de uma forte organização municipal.

A evocação do passado no romance está ainda recheada, como seria de esperar, de enquadramentos sociais e culturais, que resultam de um profundo saber do Autor sobre a sociedade medieva e os seus costumes e festividades, das cortesãs às populares.

Desde logo Herculano traça o quadro de uma sociedade permeabilizada às três religiões do Livro, quando escreve: “as tres religiões eram o christianismo, o islamismo e o judaísmo: o primeiro dominante, o segundo tolerado e o terceiro consentido. Nobres, cavalleiros e o grosso dos burgueses pertenciam ao primeiro, os homens de trabalho, em boa parte, ao segundo, os mercadores, em grande numero, ao terceiro”. Todavia acrescenta: “E acima do Evangelho e da Toura (Tora) e do Alcorão, havia um livro que fazia o que nunca souberam fazer os commentadores de cada um delles; um livro que os conciliava. Este livro era a lei” (*MC*, I, c. IV: 75).

No Restelo, povoado de mouros, colocará o romancista a festa das Maias, essa festa da natureza, essa celebração do renascimento e renovação da terra em flores e frutos em tempos de Primavera, que o cristianismo nunca tolerou pelos laivos que carregava de superstição e paganismo⁵⁹. E nessas páginas Herculano dá largas a todo o seu saber sobre a onomástica, o vestuário, os folguedos e as danças desta minoria (*MC*, I, c. IV: 83-86). A sua empatia com os mouros leva-o mesmo a ficcionar o acolhimento de uma mulher cristã em desgraça, por parte de um truão mouro, Alle (que acabará como bobo do paço, figura constante e quase imprescindível nos romances históricos). Essa mulher seria justamente Beatriz, a irmã de Vasco, que nesse lugar ele virá justamente a conhecer.

Mas também irá dar entrada aos judeus em Alfama, caracterizados pelos seus trajes e obrigados ao recolher obrigatório (*MC*, I, c. X: 150-151). Aliás neste bairro, essencialmente de gente popular, muito bem ficcionada na sua linguagem libertina e nos seus modos e roupagens, Herculano vai posicionar a taberna e tavolagem, espaço de transgressão e insubordinação. Nela imperavam os jogos de azar, por todos os dados, e nesse vício se misturavam cristãos e

Média, teve mais influência no progresso da sociedade, foi mais enérgica e vivaz do que em Portugal” (Alexandre Herculano, *História de Portugal desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*, t. IV, notas críticas de José Mattoso e verificação do texto por Ayala Monteiro, Lisboa, Bertrand, 1983, p. 33-34).

⁵⁹ Por exemplo, no sínodo de Lisboa de 1403, e reiterando anteriores constituições do arcebispo D. João Alves (1395-1402), condenavam-se várias superstições, entre elas: “que nom cantassem maias” (*Synodicon Hispanum*, António Garcia y Garcia (dir.), II, *Portugal*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1982, Lisboa, 11. 23, p. 335).

judeus, gente do reino e estrangeiros, homens de baixa condição e nobres. E é também nesse espaço de insurreição, como vimos, que o romancista coloca o ajuntamento quase subversivo da alta nobreza e do clero contra o rei e a coroa.

Mais adiante, no capítulo XVII do romance, será uma festividade cristã a ser apresentada em cena. Desta feita a Procissão do Corpo de Deus, a festa por excelência dos municípios, que nos é descrita como pano de fundo de diversos momentos chave do romance. A ficção e a história aqui se combinam na perfeição, dando entrada aos diversos mesteres e profissões existentes em tempos medievos, que desfilavam no cortejo – almoineiros, albardeiros, almocreves, atafoneiros, carnicheiros, tecelões, peliteiros, boticários, tosadores, sapateiros, carpinteiros, calafates e tantos, tantos outros – e recriando com liberdade as suas figurações, representações, danças e momices⁶⁰ (MC, II, c. XVII: 82-87).

Herculano é ainda minucioso e rigoroso historicamente na descrição de espaços, objetos e ambientes do quotidiano mais públicos ou privados.

Na taberna, o vinho jorra de agomis e bebe-se em taças, malgas e vasos e entreve-se uma perna de boi a frigar numa sertã com “duas alentadas postas de toucinho” (MC, I, c. X: 158-159). Na casa da Rua de D. Mafalda, onde Beatriz borda e Domingas fia, na cozinha doméstica, em que impera essa criada Domingas, há potes, panos de grosso bragal, caldeiras, agomis, prateis, salsinhas, e outros “trastes” análogos (MC, I, c. XIV: 283).

Já num contexto de plena abundância, surpreendemos o jantar do abade de Alcobaça com o prior dos dominicanos e o guardião dos franciscanos no Colégio de S. Paulo (MC, II, c. XXII: 199-203). E aí desfilam o suculento assado, as “irritantes” conservas, os pastelões “indigestos”, as copas de vinho, os doces “ou confeitos, como então lhes chamavam”. E toda a gula dos convivas era temperada por D. João de Ornelas com uma “longa ironia em que asperg(ia) com a agua lustral da mortificação as delicias da sensualidade”. Trata-se de um libelo de grande mordacidade contra os desregrados costumes da luxúria dos homens da Igreja, em que se patenteavam as convicções anticlericais de Herculano face aos grandes dignitários da Igreja.

Os ambientes palacianos são-nos igualmente oferecidos em trechos de assinalável verosimilhança histórica.

⁶⁰ Para um confronto sobre as facetas históricas desta procissão veja-se Iria Gonçalves, “As festas do ‘Corpus Christi’ do Porto na segunda metade do século XV, a participação do concelho”, *Estudos Medievais*, nº 4/5, Porto (1984/1985), p. 69-89; Maria João Violante Branco Marques da Silva, “A procissão na cidade: reflexões em torno da festa do Corpo de Deus na Idade Média Portuguesa” in *A Cidade. Actas das Jornadas inter e pluridisciplinares*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, p. 197-217.

Conhecem-se os espaços da escrita e dos escritos com os seus pergaminhos, os livros de jurisprudência, as arcas que os guardam, e mesmo o relógio que mede o tempo, mecanismo que sabemos ter sido um presente do duque de Lencastre a D. João I. Aí trabalha o chanceler João da Regras: “correndo sucessivamente pela vista varios pedaços de *pulgaminho de coyro* que tinha espalhados ante si e nos quaes havia breves linhas escriptas, segundo o estylo das escholas d’Italia, em siglas, especie de tachygraphia destinada a encerrar num limitado espaço as extensas explanações dos doutores aos livros de jurisprudencia romana” (MC, II, c. XV: 13). Acompanham-no o escrivão da puridade Gonçalo Lourenço Gomide, o tesoureiro real e o mercador placentino Micer Parsifal. Aí se trata de contas, juros de empréstimos de dinheiro, desembargo de petições do concelho de Lisboa contra as liberdades desejadas pelos mercadores estrangeiros. Aí se copia o livro *Raptores* do código de Justiniano, que condenava os raptores de virgens e viúvas, os adúlteros e sedutores à morte e confisco de bens ou, se de condição servil, à fogueira, que João das Regras fez questão de dar a conhecer ao rei, servindo os objetivos da história ficcionada. Aí invetiva largamente João da Regras contra os privilégios da fidalguia e mesmo contra a possível conspiração liderada por D. Nuno, tendo o rei de refrear os seu intentos, não querendo atacar o seu braço armado e sabendo que era seu dever recompensar a fidalguia pelos seus serviços. (MC, II, c. XV: 34-36).

Com mais vida ainda perpassará diante dos nossos olhos um sarau cortesão, com a presença do rei, da rainha e dos mais altos fidalgos, conselheiros e oficiais da corte, que se nos oferece na exuberância de luzes, salões ricamente ornamentados, garridice de vestimentas e com muita alegria de cantares, tangeres, jograis, momos, danças mouriscas e judaicas e muitas outras folias. (MC, II, c. XXV:247-262).

O passado no presente

Como dissemos, no pensamento herculaniano, o romance histórico, pela lição do passado, tem uma função didática de crítica social e moralização do tempo presente. Seria longo enumerar todos os trechos explanados em *O Monge de Cister* a propósito de diversas matérias. Fixemo-nos apenas em dois excursos bem saborosos, mas do mesmo modo profundamente críticos e elucidativos da sua ideologia educativa e regeneradora.

Um deles decorre exatamente do sarau de que falávamos. Assim escreve Herculano, no confronto da festividade da corte com os serões do seu tempo (MC, II, c. XV: 249-250):

...volvamos ás salas antigas. Ahi, a luctuosa negrura dos trajos do homem ou as cores cansadas das roupas feminis não dão o aspecto de festas de sombras ao folgar dos vivos; ahi não se vêem danças dormentes como o acalantar do infante, ou desgrenhadas, vertiginosas como o furor das bacchantes, contraste absurdo ligado pelo laço comum da insipidez; ahi uma delicadeza assucarada e hirta, como a deste seculo de myope hypocrisia, não exige admirações e applausos tanto para o chirriar discorde, como para a voz que desprende melodiosas harmonias; ahi o cavalleiro não vai, como o gasto peralvilho, curvar a fronte inquieta sobre um panno verde para pôr nas mãos do acaso talvez o seu futuro, ou o futuro de sua esposa e de seus filhos. Eram jogos de força e de destreza; eram jogos de homem – os tavolados, as justas, os torneios – que se associavam ás festas de outros tempos. Então, as horas consagradas ao culto da mulher ou ao gosto de espectaculos grandiosos não se íam entristecer com luctas mesquinhas; porque o jogo ou era, como o xadrez, o recreio da solidão dos homens graves ou um vicio abjecto, como o dos dados, que imperava só no meio da devassidão dos arraiaes ou se escondia nas tavolagens e prostibulos das grandes povoações. A altiva nobreza de nossos avós perdemo-la até nos passatempos.

Por seu turno, ao descrever a Lisboa “donzela e pura” de tempos de D. João I, põe na boca dos leitores estas invetivas, acrescidas da sua resposta (MC, I, c. IV:71-72):

D. João I?! Ora essa ! – exclamará algum dos nossos leitores – Deixae-nos com D. João II! Pobre bruto, que não sabia nem conhecia nada: nem os phalansterios nem os charutos de Havana; nem as mnemotechnica nem a pyrotechnica; nem o systema eleitoral, nem as pilulas de família; nem os coupons, nem as vélas de stearina; nem as inscripções, bonds e carapetões, nem os dentes postiços. Que temos nós, homens do progresso, da illustração, da espevitada e desenganada philosophia, com esses casmurros ignorantes que morreram ha quatrocentos annos?

“Tens razão, leitor. Fecha o livro, que não é para ti.”

Mas nesta sua objurgatória não devemos ler uma negação do progresso, mas tão só uma recriminação aos modismos e condutas enfatuadas e atentatórias da burguesia do seu tempo, pois, como já foi acentuado, o ficcionista e historiador, o autor de *Eurico* e da *História de Portugal* não deve ser olhado “como um velho romântico sentimental e um patriota exaltado e fora de moda, mas como um raro exemplo de criatividade literária, de profundo amor à séria investigação historiográfica e de coerência de conduta”⁶¹.

⁶¹ António M. B. Machado Pires, “Prefácio” in António M. B. Machado Pires e Maria Helena Santana (orgs.), *Alexandre Herculano. O Escritor. Antologia*, p. 7.

E rematemos ainda com as suas palavras, que nos remetem para a política educativa, que se empenhava na divulgação dos valores morais e nacionais do passado como bússola da reforma do presente e esperança de regeneração do futuro, e onde o romance não era uma modalidade menor, sendo o romancista o “como irmão” do poeta (*MC*, II, c. XIX:112)⁶². Na evidência clara desse jogo de espelhos entre o passado e o presente escreve (*MC*, II, c. XXIV: 247):

Se ha cousa neste mundo sublunar para que sirva o perpetuo *distinguo* dos theologos, é para traçar a história da civilização comparada, da cultura social de nossos avós e do nosso tempo. Grande e esplendida esta ultima, vista a certa luz, triunfará facilmente da primeira; mas, visto a outra luz, o passado vencerá sem duvida o presente.

Releve-se que, na verdade, Herculano “ligava a liberdade de hoje à da Idade Média mas não desprezava a experiência dos séculos, as novas verdades e as diferenças”⁶³. Como escrevia: “j’aime les choses anciennes; mais je n’aime pas les vieilleries”⁶⁴. Por isso é que, embora amante dessa época de diversidade e liberdade, não hesitava também em criticar-lhe os seus desmandos e excessos⁶⁵. Ele era um cidadão comprometido com o seu tempo, e insistia em afirmar que pertencia à “geração do progresso e da filosofia”. Mas esse progresso, que proclamava e defendia, para ser completo tinha de assentar em simultâneo nas “duas condições do melhoramento material e do melhoramento moral”⁶⁶.

Em suma, *O Monge de Cister* traduz-se no romance de Herculano em que a história mais se sobrepõe à moldura da narrativa ficcional. Poderia ter sido mesmo um esboço do que posteriormente viria a escrever na continuidade da sua *História de Portugal* ao longo dos séculos XIV e XV. Atravessado por personagens históricos ou ficcionados, ele inscreve-se em cenários urbanos, e abre-se a ambientes quotidianos, usos e costumes populares ou cortesãos, sensibilidades religiosas de diferentes credos, reconstituídos com

⁶² E uma síntese da própria poesia de Herculano como expressão “da sua visão do mundo como romântico liberal e como homem religioso” apresenta, António M. B. Machado Pires, “Introdução. 1. A *Poesia* ou o poeta de Deus e da Pátria” in António M. B. Machado Pires e Maria Helena Santana (orgs.), *Alexandre Herculano. O Escritor...*, p. 11-20.

⁶³ Vitorino Magalhães Godinho, “art. cit.”, p. 26.

⁶⁴ Citação de “Mousinho da Silveira ou la Révolution Portugaise”, 1856 in Vitorino Magalhães Godinho e Eurico Gomes Dias (orgs), *Alexandre Herculano. O Cidadão e o Historiador. Antologia*, p. 369.

⁶⁵ Vitorino Magalhães Godinho, “art. cit.”, p. 86 enumera alguns desses males que Herculano aponta na *IV Carta sobre a História de Portugal*.

⁶⁶ Vitorino Magalhães Godinho, “art. cit.”, p. 79-80.

exímia verosimilhança histórica. Na arte criativa do romance emergem os cânones românticos da paixão e da vingança, dos arrebatamentos amorosos e das traições, dos corações negros e tumultuados, em noites de tempestade e atraídos pelo abismo, ou alegres e risonhos, em dias ou serões de convívio e de festividades mais lícitas ou ilícitas. E o passado avisino, assim evocado no ambiente político, social e cultural de uma época representada com o seu muito e rigoroso saber de historiador, mas que toma corpo e vida em homens e mulheres com alma e voz, pela liberdade da novela, assume uma importante utilidade social. Na clara e acutilante prosa do romance, mordaz ou jocosa, a lição do passado nos seus melhores valores e costumes projeta-se sobre o presente que Herculano desejava ver regenerado e progredir pela ciência, pela ilustração, pelo trabalho e pela morigeração, sem se deixar corromper por modismos, vícios, destemperos ou vaidades.